

SEÇÃO II
DO REQUERIMENTO DE REGISTRO
DO PROFISSIONAL DIPLOMADO NO EXTERIOR,
BRASILEIRO OU ESTRANGEIRO PORTADOR DE VISTO
TEMPORÁRIO, COM CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO
NO PAÍS

Art. 8º O registro deve ser requerido pelo profissional diplomado no exterior, brasileiro ou estrangeiro portador de visto temporário com contrato temporário de trabalho no País, por meio do preenchimento de formulário próprio, conforme Anexo I desta Resolução.

§ 1º O requerimento deve ser instruído com:

I – os documentos a seguir enumerados:

- a) original do diploma ou do certificado;
- b) histórico escolar com a indicação das cargas horárias das disciplinas cursadas;
- c) documento indicando a duração do período letivo ministrado pela instituição de ensino;
- d) conteúdo programático das disciplinas cursadas;
- e) cópia do despacho do Ministério do Trabalho e Emprego publicado no Diário Oficial da União autorizando seu trabalho no País, quando profissional estrangeiro;
- f) documento que comprove a relação de trabalho entre a entidade contratante e o profissional:
 - 1. contrato de trabalho com entidade de direito público ou privado;
 - 2. contrato de prestação de serviço sem vínculo empregatício, averbado ou registrado no órgão competente; ou
 - 3. comprovação de vínculo temporário com o Governo brasileiro para a prestação de serviço;
- g) declaração da entidade contratante, especificando as atividades que o profissional irá desenvolver no País;
- h) carteira de identidade ou cédula de identidade de estrangeiro com indicação de permanência no País, expedida na forma da lei;
- i) Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- j) declaração da entidade contratante, indicando um profissional brasileiro a ser mantido como assistente junto ao profissional estrangeiro; e
- l) prova da relação contratual entre a entidade contratante e o assistente brasileiro;

II – comprovante de residência no País; e

III – duas fotografias, de frente, nas dimensões 3x4cm, em cores.

RESOLUÇÃO Nº 1.007, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2003

em vigor a partir de 1º de março de 2004

- § 2º Os documentos mencionados no inciso I do parágrafo anterior serão apresentados em cópias autenticadas ou em original e fotocópia.
- § 3º Os originais dos documentos serão restituídos pelo Crea ao interessado, no momento do requerimento do registro, após certificada a autenticidade das cópias.
- § 4º Os documentos em língua estrangeira, legalizados pela Autoridade Consular brasileira, devem ser traduzidos para o vernáculo, por tradutor público juramentado.
- § 5º O profissional que desejar incluir na Carteira de Identidade Profissional as informações referentes ao tipo sanguíneo e ao fator RH deve instruir o requerimento de registro com exame laboratorial específico.
- Art. 9º** O estrangeiro portador de visto temporário, cuja cédula de identidade esteja em processamento, deve instruir o requerimento de registro com cópias do protocolo expedido pelo Departamento de Polícia Federal e do ato publicado no Diário Oficial da União que autoriza sua permanência no País.